

TÍTULO DO TRABALHO			
PARA UMA TEORIA DA EMANCIPAÇÃO IMPESSOAL: A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gabriel Tupinambá	European Graduate School	EGS	Doutor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A presente contribuição propõe um primeiro esforço de síntese da pesquisa realizada no Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia em torno do problema da organização política. Condensando os resultados parciais desse trabalho em três princípios - (a) organização coletiva como experimento de amarração localizado entre teoria e prática; (b) organização coletiva como crítica ideológica prática e (c) organização coletiva como experimento de antecipação de novidades - buscaremos dar consistência a uma hipótese mais geral, que recoloca a dimensão formal da organização no centro da investigação política, com consequências interessantes para a discussão do conceito de práxis (relação teoria/prática), bem como para o pensamento estratégico socialista (relação meios/fins).</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
organização política, ideologia, forma do valor			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The present contribution proposes a first effort of synthesis, condensing the results of the research carried out by the Circle of Studies of Idea and Ideology around the question of political organization. These developments have been summarized into three principles - (a) to think collective organization as the localized knotting of theory and practice; (b) to think collective organization as a practical form of ideology critique; (c) to consider it a form of anticipation of novelties. These principles allow us to propose a more general hypothesis concerning the necessity to place at the center of revolutionary practice and theory a concern with the formal dimension of organization. A debate with many fruitful consequences for our understanding of the concept of praxis (the theory/practice relation) as well as for the socialist strategy (the means/ends relation).</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
political organization. ideology, form of value			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes			

Para uma teoria da emancipação impessoal: a questão da organização política

O objetivo desta apresentação é tentar tornar um pouco mais nítida, tanto para vocês quanto pra mim mesmo, uma ideia ou perspectiva a respeito da forma da ação política que precisamos hoje, nesse momento de reformulação profunda da esquerda, tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

Para introduzir o que está em jogo aqui, podemos começar elencando as duas respostas mais comuns ao diagnóstico, defendido por marxistas como Moishe Postone¹ e Anselm Jappe², de que a estrutura da dominação social no capitalismo contemporâneo é essencialmente abstrata, impessoal, extraindo seu poder e efetividade justamente da impossibilidade de ser reduzida aos atores que compõem seu substrato material. Frente a esse diagnóstico, tomamos usualmente uma de duas posições. A primeira possibilidade aqui é negar que a dominação no capitalismo seja efetivamente abstrata - sugerindo, por exemplo, que a dominação abstrata é apenas uma mistificação da dominação direta e pessoal, essa sim raiz da efetividade da organização social no capitalismo. A segunda é aceitar a proposta de Postone ou Jappe e responder que é justamente porque a força do capital se define pela abstração e pela impessoalidade que nossa luta, contrária ao poder abstrato do capital, é pela concretude imediata e pela pessoalidade das relações.

Em outras palavras, ou bem a força do capital não é realmente abstrata, mas conceitualmente redutível à ação de pessoas concretas como nós, ou bem é efetivamente abstrata, e é por isso mesmo que, para nos opormos ao capitalismo, devemos nos apresentar através de categorias igualmente opostas à abstração. A primeira opção é ruim porque desqualifica a teoria da dominação abstrata, mas tem a vantagem de permitir pensarmos a luta política como uma confronto que precisa não só acumular forças, mas ter uma certa “forma” comum, que é a da força direta - forças de dominação direta precisam ser confrontadas com a força da emancipação igualmente direta. A segunda opção, por outro lado, tem a vantagem de reconhecer a qualidade paradoxal do poder do capital, mas responde de maneira insuficiente, promovendo uma disparidade propriamente ontológica entre o veneno e a cura, por assim dizer: contra a efetividade do abstrato e das estruturas sem senhor, que caracterizam o capital, propomos o poder da luta concreta, das pessoas, da mobilização direta. Pois bem, a proposta de uma “teoria da emancipação impessoal” seria uma terceira posição: a de reconhecer a validade conceitual do diagnóstico proposto por alguns autores da nova crítica do valor, assumindo a posição

¹ POSTONE 2014

² JAPPE 2006

teórica de que as abstrações têm poder causal efetivo nos mecanismos de dominação capitalista, sem por isso aceitarmos que opor-se à dominação abstrata é opor-se ao domínio do abstrato. Ou seja, queremos preservar a ideia, em jogo na primeira posição que descrevemos, de que é preciso contrapor forças de uma dada ordem com forças formalmente equivalentes a essas: contra a dominação social abstrata e impessoal, uma emancipação social abstrata e impessoal, irreduzível aos agentes que lutam por ela ou àqueles que se beneficiam de seus resultados.

Daí a dificuldade de apresentar essa ideia: o que significa “emancipação impessoal”? E, de maneira preliminar, o que está em jogo quando falamos em “forças da mesma forma”? Essa ideia de uma homogeneidade ontológica entre o princípio interveniente e o sítio da intervenção precisaria ser melhor justificada pra começo de conversa.

Como pontapé inicial a esse diálogo, eu gostaria de propor aqui uma nova conceitualização da categoria de organização coletiva. Em poucas linhas, a proposta é a de pensar a organização como um terceiro termo, a ser acrescentado ao binômio teoria e prática, adição essa que acredito ter o potencial de alterar o modo como entendemos alguns lugares comuns do pensamento marxista - a relação entre tática e estratégia, a relação entre ideia e ideologia, entre crítica e construção, por exemplo.

Antes de apresentar para vocês essa reformulação do conceito de organização, acho importante comentar duas coisas. A primeira é que essa contribuição, ainda bastante incipiente, está intrinsicamente ligada ao trabalho que vem sendo realizado no *Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia* (CEII)³. O CEII é um coletivo que se dedica a repensar a hipótese comunista a partir da convicção de que há uma dimensão produtiva da organização coletiva - das velhas categorias de disciplina, unidade, mediação - que a esquerda jogou fora junto com nossa crítica ao totalitarismo. Ao longo dos últimos quatro anos, o CEII vem explorando, tanto conceitualmente quando através de experimentos que desenvolvemos dentro de partidos como o PSOL, o que deve ser reinventado e o que deve ser resgatado dos fracassos retumbantes da esquerda do século vinte. O segundo ponto importante é que, justamente por usarmos nossa própria organização como uma espécie de laboratório experimental, ficamos sujeitos a um princípio materialista que considero de extrema relevância - o princípio da não-coincidência entre o ser e o pensar, também conhecido como a impossibilidade de fazer o bolo e comê-lo ao mesmo tempo. Organizar-se e pensar a organização não são atividades superponíveis - não por não ter nada a ver uma com a outra, mas justamente porque o pensamento

³ Ver www.ideiaeideologia.com

está indelevelmente articulado à atividade de organização, de modo que ou bem o pensamento é parte do que é organizado, ou bem se “libera” para pensar o que é que estava pensando, por assim dizer. Por conta disso, por mais que tenhamos acumulado alguns anos de experimentação, pouco produzimos em termos de ferramentas conceituais capazes de apreender o que é que foi desenvolvido até aqui. Esta contribuição se oferece assim como uma formalização preliminar dessa pesquisa.

Acredito que podemos condensar os resultados atuais de nossa investigação em três pontos, que em seguida tentarei desenvolver em mais detalhes:

1. A histórica problemática da relação entre teoria e prática se esclarece uma vez incluído um terceiro termo, sintomaticamente ausente do binômio clássico: a organização. Uma série de oposições baseadas no par ‘teoria/prática’ - por exemplo, abstrato e concreto, intelectual e manual, ideal e material - podem ser repensadas de maneira extremamente produtiva uma vez consideradas da perspectiva da ontologia da organização coletiva, que amarra esse dualismo em uma articulação complexa, mas “des-estratificada”. Esse primeiro ponto pode ser entendido como o “princípio da articulação imanente”, através do qual concebemos a articulação entre teoria e prática como uma articulação real, localizada dentro de um dado momento histórico concreto e cuja singularidade é a forma de uma dada organização.

2. O segundo ponto não diz respeito diretamente à organização coletiva, mas à organização individual, ou seja, à identificação. A crítica da ideologia também poderia encontrar aqui um adendo importante, pois a identificação ideológica não é apenas o processo de assunção de um ideal sobredeterminado pela situação social, mas também uma operação através da qual somos levados a abdicar de certos aspectos da realidade social - ferramentas de transformação efetiva e que, rejeitadas em nome de uma identificação, passam a pertencer exclusivamente aos nossos adversários políticos. Entendida a partir dessa perspectiva, podemos pensar a famosa afirmação de Marx “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”⁴ não como a afirmação de que as ideias que nos dominam o fazem porque pertencem à classe dominante, mas como a proposição de que a classe dominante tem o monopólio das ideias que tem o poder de síntese social - de transformação, construção e manutenção de uma ordem social. Por exemplo, para entender a rejeição - por grande parte da esquerda hoje - de qualquer teoria positiva de governo não precisamos tanto de uma crítica da assunção ideológica, que denuncie como, passando a falar a língua do inimigo, aceitamos os

⁴ MARX 2007

limites da democracia parlamentar, mas uma crítica da abnegação ideológica, que explique como é que passamos a considerar certas palavras-chave, como ‘poder’ ou ‘disciplina’, parte exclusiva dessa língua inimiga pra começo de conversa, considerando-as assim estrangeiras ao nosso campo. Trata-se da afirmação de que a consistência de um espaço ideológico, sua força, depende de uma abstração - no sentido de um não-querer-saber. Chamemos esse princípio de “princípio da ignorância instituinte”, pois a consistência do adversário é instituída em parte por nossa própria atividade, nosso não-saber.

3. Por fim, quando reconhecemos que o conceito de organização nomeia uma dimensão minimamente autônoma, o campo das articulações locais e transmissíveis entre a teoria e a prática, as ideias e as ações, e também que a crítica da ideologia contém uma dimensão propositiva, baseada na recuperação de certas ferramentas que somos interpelados a abandonar, então torna-se possível afirmar que a organização é o campo propriamente inventivo da política, o lugar onde o novo de fato aparece ou se verifica. Esperamos que ao longo dessa discussão fique um pouco mais claro o que significa afirmar que a dimensão na qual transformações efetivas na realidade podem ser verificadas não é nem o campo material propriamente, nem no campo das ideias, mas no campo formal, que é onde a teoria e a prática se articulam de maneira experimental, e é onde travamos o combate pela universalização daquilo que hoje já é possível, mas que é pensável somente pela e para a classe dominante. Esse terceiro ponto, que de certa maneira articula os anteriores, poderia se chamar “princípio da invenção antecipada”, pois afirma que podemos nos guiar, nesse caminho ainda por capinar que é a retomada da ideia do comunismo hoje, pelos experimentos coletivos que podemos antecipar no presente, em nome desse futuro necessariamente vago e indeterminado.

Esta apresentação será dedicada, assim, a exposição esquemática desses três princípios - um sobre a organização, outro sobre a ideologia e um terceiro sobre a invenção - que recolhemos como hipóteses de trabalho a partir da nossa investigação coletiva no CEII. Ao final, espero que possamos pelo menos ter em mãos algum material útil para começar um debate sobre o que significa falar em “emancipação impessoal”.

Organização: o princípio da articulação imanente

O primeiro princípio evocado foi o “princípio da articulação imanente” - que versa sobre a relação entre a teoria e a prática. Vou cercá-lo através de três breves comentários:

a. Possuímos hoje basicamente dois modelos ou esquemas para pensar a relação entre teoria e prática. O primeiro é um corolário da lógica do capital, que é o modelo da divisão do trabalho em trabalho manual e intelectual, enquanto que o segundo foi desenvolvido pela teoria revolucionária marxista, a partir de sua crítica do modelo capitalista, e é o esquema da práxis como “unidade da teoria e da prática”⁵. Temos, assim, um modelo de divisão e outro de unidade. Acontece que há uma assimetria profunda entre esses dois esquemas. A análise marxista da divisão do trabalho explica a separação entre teoria e prática na ideologia burguesa através da divisão, própria do modo de produção capitalista, entre quem vende e quem compra força de trabalho: de um lado, o trabalho que efetua transformações efetivas e concretas, mas que, enquanto mercadoria, é externamente determinado pelo valor de troca, do outro, a atividade intelectual que desenvolve a potência criativa do homem, mas que, improdutiva por si só, depende do consumo da mercadoria-trabalho alheia⁶. Ou seja, é uma análise que nos apresenta um modo historicamente determinado de amarração entre “mão” e “cabeça”, e como consequência, entre a prática e a teoria - e trata-se de um modo de articulação historicamente determinado justamente porque o cerne dessa análise não é o binômio tal como ele é constituído pelo capitalismo, mas a *forma do valor* como princípio constitutivo dessa relação⁷. A noção de práxis certamente constitui uma alternativa ao modelo de divisão do trabalho, e é por isso que busca colocar a prática concreta e histórica como orientadora, garantindo que não tomemos por eterno aquilo que deve ser concretamente revolucionado. No entanto, enquanto a crítica do capitalismo considera a forma do valor um princípio histórico de organização do material e do imaterial - ou seja, algo que tem começo e fim, lugar, movimento, etc - o conceito de práxis funciona como um ideal regulador trans-histórico, propondo uma unidade *ideal* entre a teoria e a prática. É importante esclarecer que não estamos dizendo que a práxis revolucionária não é histórica - a questão é que o próprio conceito de práxis não é histórico, isto é, localiza e ordena a relação entre o material efetivo e o reflexo ideal, mas não é ele mesmo localizável e ordenável. Há uma assimetria aqui porque, enquanto existe uma história da forma do valor, dos diversos momentos da organização e mediação social em que essa forma se desdobra, não há história da práxis.

b. O conceito de práxis substitui esse terceiro termo faltoso - que corresponde a dimensão da organização social historicamente determinada - por referências à ética e à experiência do militante, que deve evitar reproduzir através de suas ações a divisão do trabalho, ou à cientificidade do

⁵ Trabalho com a história do conceito de práxis apresentada por Adolfo Sánchez Vázquez em *Filosofia da Práxis* (2007)

⁶ MARX, 2004: 79-91

⁷ MARX, 2011

marxismo e à maneira como o materialismo verdadeiro não se deixa enganar pelas ilusões da especulação teórica sem fins práticos. Essas duas extensões foram certamente muito frutíferas na construção de um referencial próprio, afirmativo, para o trabalho militante, distinto do trabalho no modo de produção capitalista. Mas encontramos aí ainda duas limitações importantes. A primeira aparece no campo da ética, uma vez que o espectro dos modos de conduta não vai simplesmente da retidão à corrupção - ou seja, da atenção ao descaso com um certo ideal - mas inclui também a diferença entre a retidão que decorre de seguir um princípio e a retidão que decorre da submissão a uma injunção. Quando contamos com a ética para garantir a unidade ideal entre a teoria e a prática deixamos a porta aberta para um fenômeno muito conhecido: a inversão através da qual um ideal deixa de servir à transformação da realidade e a realidade é que passa a servir à manutenção desse ideal⁸ - é o que acontece, por exemplo, quando preferimos ser vistos como militantes ideais pelos demais do que arriscar essa identidade em nome da produção de consequências efetivas no mundo. A segunda limitação do paradigma da práxis aparece em sua referência à ciência. A ausência de uma dimensão histórica dos modos de articulação do material e do imaterial aparece agora com ainda mais clareza, pois leva a uma deformação na apreensão do modelo de trabalho científico. Não é possível entender a evolução do pensamento científico somente em termos de teoria e prática: é necessário acompanhar também o desenvolvimento do *aparato experimental* - isso é, dos protocolos formais através dos quais a ciência não torna a natureza inteligível apenas para um observador acidental que investiga um dado fenômeno, mas fundamentalmente para qualquer um que se colocar de acordo com esses protocolos. É fundamental perceber que a universalidade dos resultados científicos está condicionada também pelo universalismo dos meios de produção da ciência. Tanto a linguagem teórica quanto as restrições práticas são intrinsecamente informadas pela referência à organização histórica e geográfica da comunidade científica: não podem nem permanecer imutáveis, nem variar de acordo com as culturas, não podem desconsiderar o tempo e o espaço, nem depender deles - trata-se de um ajuste indispensável ao aparato científico, sem o qual não é simplesmente impossível comunicar e verificar os resultados obtidos por um pesquisador, mas até mesmo fazer ciência. É justamente isso que o modelo de práxis emprestado da ciência não considera: dimensão experimental nomeia a história impessoal, porém localizada, ordenável e transmissível das diferentes articulações entre teoria e prática científica⁹.

⁸ O campo que melhor investiga essas inversões do ideal é certamente a psicanálise - sobre a relação entre o cumprimento do dever e a satisfação pulsional, ver o texto de Jacques Lacan *Kant com Sade*, em *Escritos* (1998).

⁹ Sobre a relação entre a comunidade científica e os protocolos experimentais da ciência ver ROSSI, 2006

c. O que significa, então, o princípio da articulação imanente? Como vimos, significa, antes de mais nada: (i) uma consideração do papel da forma do valor na divisão do trabalho; (ii) um diagnóstico do aspecto ahistórico do conceito de práxis como unidade ideal da teoria e da prática e (iii) uma análise das deficiências de suplementar as carências do conceito de práxis com modelos extra-políticos, vindos da ética e da ciência. Podemos agora entender o desafio positivo que esse princípio evoca: a restituição da categoria de organização como o campo onde experimentamos, de maneira transmissível e localizável, as diferentes modulações da articulação entre teoria e prática. No entanto, isso significa reabilitar o potencial político de uma dimensão da organização - o campo das regras, das mediações impessoais, dos protocolos formais, etc - que hoje é simplesmente identificada como parte constitutiva do modo de produção capitalista.

Ideologia: o princípio da ignorância instituinte

Podemos agora tratar do segundo princípio listado no começo dessa apresentação: o “princípio da ignorância instituinte”. Esse princípio também tem uma história - uma história que curiosamente só pode ser reconstruída quando aceitamos o princípio anterior, o que nos leva a considerar a organização como a mediação imanente entre a teoria e a prática. Gostaria de mencionar um exemplo antes de considerarmos esse princípio em sua formulação generalizada.

a. O nosso exemplo diz respeito à relação entre a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti¹⁰. É bem conhecida a irônica história de como a França, enquanto lutava internamente em nome dos ideais modernos de liberdade, fraternidade e igualdade, não deixava por conta disso de permanecer uma potência colonizadora e escravocrata, contando com o Haiti dentre as colônias que explorava. Até aqui nada mais do que mais um caso exemplar de como os ideais burgueses, baseados numa noção abstrata de homem, são perfeitamente compatíveis com a exploração do homem concreto. O que nos interessa, no entanto, é o outro lado da questão: não tanto a independência dos ideais universalistas franceses da realidade dos escravos no Haiti, mas o papel desses mesmos ideais na Revolta de São Domingo, que levou o Haiti a se tornar a primeira nação livre da América Latina. Em sua discussão da Revolução no Haiti, Slavoj Žižek realça justamente essa questão, fazendo referência a um exemplo paradigmático:

¹⁰ Seguimos aqui três fontes: BUCK-MORSS 2009, JAMES 2000 e Žižek 2009

“Os ex-escravos do Haiti entenderam os lemas revolucionários franceses de modo mais literal que os próprios franceses: ignoraram todas as restrições implícitas que abundavam na ideologia do Iluminismo (liberdade, mas só para os sujeitos racionais “maduros”, não para os bárbaros selvagens e imaturos, que antes tinham de passar por um longo processo de educação para merecer liberdade e igualdade). Isso levou a momentos comunistas sublimes como quando os soldados franceses se aproximaram do exército negro de escravos (auto)libertos: ao ouvir um murmurinho de início indistinto no meio da multidão negra, os soldados supuseram que fosse algum tipo de canto de guerra tribal; contudo, quando se aproximaram, percebeu-se que os haitianos cantavam a *Marselha*, e, em voz alta, perguntavam aos soldados se eles não estavam lutando do lado errado.”

O ponto central dessa história é que a crítica ideológica responsável pela libertação espiritual dos escravos não foi aquela que os libertou dos ideais franceses, mas aquela que libertou os ideais franceses do monopólio dos próprios franceses. O papel da invenção do exército moderno na concepção de partido e de estado dos soviéticos poderia talvez servir de e um outro exemplo dessa mesma operação¹¹. Como mencionamos no início dessa apresentação, trata-se de uma outra leitura da famosa definição de ideologia: as ideias dominantes são as da classe dominante não porque são inerentemente classistas, mas porque o acesso a certos ideais e certas ferramentas conceituais permanece restrito à classe dominante. Essa dominação se exerce de diversas maneiras - uma delas sendo certamente a propriedade intelectual - mas a forma que nos interessa aqui é aquela que dá nome ao nosso segundo princípio: a “ignorância instituinte”.

b. Esse princípio propõe uma suplementação aos dispositivos de crítica ideológica baseados na premissa de que a ideologia contemporânea funciona através da cooptação, da produção de identificações positivas com o imaginário capitalista¹². Existe também uma dimensão da ideologia que nos leva a abdicar de certos emblemas em nome de *identificações negativas*. Assim como um escravo haitiano dificilmente seria capaz de se reconhecer livre dos franceses citando Danton ou Robespierre, nós hoje temos uma aversão quase insuportável a temas como a administração, a disciplina ou as chicanas do poder, que passamos a identificar de maneira intrínseca com a classe dominante. Mas assim como esse mesmo escravo separou o potencial mobilizador dos emblemas universalistas da identidade dos colonizadores, colocando-o a serviço da organização da revolução, nós também precisamos aprender a separar o potencial de certas ferramentas e ideias contemporâneas

¹¹ Ver, por exemplo, HOFFMANN 2011 e TROTSKY 2005

¹² Ver REHMANN, 2014 para um mapeamento das diferentes correntes críticas no marxismo e pós-marxismo.

da certeza sensível de que esses recursos e experiências pertencem indelevelmente aos nossos adversários.

O “princípio da ignorância instituinte” afirma que há uma dimensão da alienação ideológica que é efetuada não através da alienação improdutiva em um ideal mistificador, mas *da evitação da alienação produtiva em uma ideia racional*. A disputa pela centralidade da organização é um exemplo dessa “alienação da alienação”: não é exatamente esse o argumento que usamos para justificar nossa desconfiança ou desinteresse por tudo o que coloca em jogo a relação entre a organização coletiva e o poder? Essa articulação, dizemos, é “em si” burguesa, pertence à classe dominante - ignorantes de que esse consentimento é que institui e sustenta o caráter de classe das ideias dominantes. Recuperar o papel da organização como aquilo que nos permite reordenar a história da política emancipatória, retomar a investigação de formas de disciplina à altura dos impasses da subjetividade contemporânea, e revitalizar a imaginação utópica, talvez signifique para a luta anti-capitalista atual o que a recuperação dos ideais da liberdade formal significou para a luta anti-colonialista em 1804.

c. É importante, por fim, notar que essa dimensão da crítica ideológica não se dá através de um exame de consciência, pois esse “saber” que ignoramos é eminentemente um saber prático¹³: o escravo haitiano podia muito bem saber tudo sobre os ideais franceses, não era sua consciência que era alienada do potencial desses ideais - a superação dessa ignorância que institui o monopólio da classe dominante sobre certos saberes é uma superação prática e é daí que vem o nosso grande desafio, pois a crítica prática dessa ignorância implica a assunção de certos ideais que, vistos de fora, significam o sacrifício de nossa identidade de oposição. Essa crítica ninguém pode fazer sozinho, pois um escravo que passa a falar nos termos do universalismo europeu em meio ao silêncio desconfiado dos demais é apenas um traidor. Trata-se, portanto, de uma *crítica necessariamente coletiva* à falsa coesão da esquerda, construída pela resistência aos ideais da classe dominante, em nome da possibilidade de uma organização efetiva dessa mesma esquerda.

O atravessamento da ignorância instituinte pode ser uma tarefa do militante, mas precisa ser mediada pela organização, que é o sítio da disputa pelas ideias capazes de síntese social.

Invenção: o princípio da invenção antecipada

¹³ Seguimos aqui a análise de ŽIŽEK 1989

Chegamos assim ao terceiro princípio, o “princípio da invenção antecipada”. Aterei-me a alguns rápidos apontamentos, já tendo em vista estabelecer uma relação, mesmo que indireta, com a questão mais geral da emancipação impessoal:

a. Primeiramente, notemos que esse terceiro princípio pode ser em parte deduzido dos anteriores: se a organização é o campo que faz a mediação imanente entre a teoria e a prática e se há uma dimensão da ideologia que envolve a nossa capacidade de disputar e nos servir de ideias que, do ponto de vista de nossa identidade de esquerda, são de domínio da classe dominante, então existe um terreno - a organização - onde certas possibilidades atualmente impensáveis - pois seu pensamento é monopólio do adversário - podem ganhar realidade no presente - e podemos verificar seu potencial inovador através da transformação em nossa capacidade de mobilização coletiva para além da coesão identificatória.

b. Nem tudo, no entanto, está contido nos princípios anteriores. A ideia de atrelar o caminho na direção do novo à nossa capacidade de antecipar novidades no presente nos leva também a reformular a relação entre os *meios* e os *fins*. Quanto trabalhamos apenas com o par “teoria/prática”, falta recursos para escapar daquilo que poderíamos chamar de “trabalho funcional”, que é uma teoria da transformação do mundo baseada no trabalho concreto tal como imaginado pelo próprio capital¹⁴. O trabalho funcional é o trabalho que transforma uma matéria-prima em um produto, de acordo com uma regra e uma finalidade determinadas. Nem mesmo a práxis revolucionária consegue pensar a si mesma em termos muito distintos atualmente: trata-se da transformação do mundo capitalista num outro mundo, de acordo com a teoria marxista e o ideal comunista, tais como pensados e determinados hoje ou no passado.

O problema é que a única coisa que realmente sabemos sobre o comunismo hoje é que não sabemos quase nada sobre isso - na verdade, quase todas as ferramentas conceituais e experimentais que poderíamos usar para imaginar um comunismo possível envolvem uma submissão à racionalidade e ao universalismo que, em linha com o princípio da ignorância instituída, identificamos atualmente com a submissão à classe dominante. Precisamos, portanto, de uma maneira de orientar a prática militante que não possa ser reduzida a mera aplicação de uma finalidade completamente discernível de antemão.

¹⁴ Para uma discussão da ontologia do trabalho funcional, ver FELTHAM, 2000

c. Outro ponto interessante é que até a relação entre o comunismo e o anarquismo poderia ser melhor compreendida como um sintoma desse problema. O comunismo, com razão, não abre mão de uma orientação futura rumo ao poder, mas, abdicando da inventividade formal na militância, peca pelo excesso improdutivo de determinações. O anarquismo, com razão, não abre mão da crítica do trabalho funcional, mas, abdicando do vetor final das transformações militantes, peca pelo excesso improdutivo de indeterminação. O que falta a ambos os lados desse debate é justamente a retomada da centralidade da experimentação organizacional: pois “organizar” significa promover uma interpenetração intrínseca entre os meios e os fins, entre as regras de transformação e o produto da transformação¹⁵. O princípio da invenção antecipada desenvolve um pouco a intuição kantiana sobre o que é um organismo, propondo o condicionamento mútuo das determinações do mundo porvir e das determinações do que é possível realizar hoje: contra o trabalho funcional, a favor dos anarquistas, esse princípio chama nossa atenção para a experimentação da relação entre poder e universalismo no presente, e contra a abdicação do poder por conta de sua identificação direta à classe dominante, e portanto a favor dos comunistas, esse princípio sugere que julguemos o que é possível hoje do ponto de vista daquilo que esses experimentos nos ensinam sobre o que nos é permitido esperar para o futuro.

Conclusões: organização coletiva e a dimensão impessoal ou abstrata da luta política

O que tentei fazer nessa breve apresentação foi destrinchar, com a ajuda desses três “princípios”, algumas consequências de considerar a organização como uma categoria de dignidade própria, irreduzível não só à teoria quanto à prática também. Vou propor agora, a guisa de conclusão, uma outra maneira de entender essa irreduzibilidade.

Construímos o princípio da “articulação imanente” em oposição à teoria da práxis. Criticamos o conceito de práxis simultaneamente por duas vias. Primeiro, por ser um conceito ahistórico, que não tem potencial de se re-inventar, que não pode ser ordenado em sequências históricas, diferentemente do princípio de unidade próprio do capitalismo, que se dá através da abstração real que é a forma do valor. Mas criticamos a teoria da práxis também porque esse enquadre idealista se reflete

¹⁵ Em sua análise da teleologia nos organismos vivos, Kant define: “um produto natural organizado é aquele em que cada parte é reciprocamente um fim e um meio” (KANT, 2005: 258)

historicamente justamente como uma confiança desmesurada na imediatez da unidade entre a teoria e a prática. E o uso que fazemos da retificação ética e do posicionamento “científico”, como empréstimos que vem suprir nossa carência de uma teoria da organização formal, demarcam bem que a “escala” na qual a unidade imediata se daria é justamente aquela do registro pessoal. Em suma, do ponto de vista da “unidade da teoria e da prática” proposta pelo conceito de práxis, o ponto de encontro ou síntese entre as ideias e as ações seria a consciência individual. É num exame de consciência - ético ou científico - que verificaríamos se uma dada orientação política, em uma dada conjuntura, torna realidade aquilo que antecipou teoricamente, ou descola suas ideias daquilo que pode ou deve tornar real.

Ora, realmente, é bastante difícil imaginar o que mais poderia realizar essa atividade de síntese - qual outro poder de unificação real existe que não a consciência de cada um? Nossa proposta é que “organização coletiva” é justamente o nome de uma espécie de mediação imanente entre teoria e prática, um campo ao mesmo tempo abstrato e concreto, onde a disjunção fundamental entre as ideias e a transformação efetiva da realidade pode ser momentaneamente superada, através de amarrações locais. Essas “amarrações” não promovem a interpenetração íntima entre nossos princípios teóricos e nossa prática, pelo contrário: fica a mostra de todos o quanto uma dada organização conseguiu efetivamente enraizar na realidade aquilo que dizia defender, trata-se não de uma unidade na experiência, mas na *experimentação*. A diferença aqui é justamente que o experimento - na arte, no amor, na ciência e, acredito, na política também - depende de uma violência atentada contra a dimensão propriamente pessoal de cada um: uma capacidade de se reconhecer fora de si - se é que podemos chamar isso de reconhecimento - num procedimento que ganha em universalidade o que perde em semelhança com cada um.

De fato é difícil imaginar que tipo de liberdade poderia ser atrelada a uma estrutura abstrata - a soluções logísticas, aos protocolos, às questões de distribuição de recursos, em suma, à dimensão administrativa da vida política. Em nossa discussão sobre o “princípio da ignorância instituinte”, vimos um primeiro exemplo de como a libertação de uma dada identidade, construída em paridade com a de nossos opositores, é também a liberdade para nos apropriar de ideias que, a rigor, não pertencem a ninguém. É um exemplo ainda vago, mas válido, de como tomar a organização coletiva como sítio de verificação concreta da relação entre ideias e a prática - no caso do Haiti, lugar onde verificamos a capacidade dos ideais franceses de mobilizar a revolta dos ex-escravos - nos permite experimentar simultaneamente, uma libertação do outro e de nós mesmos.

Bibliografia

- BUCK-MORSS, S. *Hegel, Haiti and Universal History* Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2009
- FELTRAM, O. *As Fire Burns: Funcional work and Praxis in Ontology* Sidney: Deakin University, 2000;
- HOFFMANN, D. *Cultivating the Masses: Modern State Practices and Soviet Socialism, 1914-1939* Nova Iorque: Cornell University Press, 2011
- JAMES, C.L.R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingo* São Paulo: Boitempo, 2000
- JAPPE, A. *As Aventuras da Mercadoria* Lisboa: Antígona, 2006
- KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo* São Paulo: Forense Universitária, 2005
- LACAN, J. *Escritos* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos* São Paulo: Boitempo, 2004
- _____ *A Ideologia Alemã* São Paulo: Boitempo, 2007
- _____ *O Capital* São Paulo: Boitempo, 2011
- POSTONE, M. *2 Tempo, trabalho e dominação social* São Paulo: Boitempo, 2014
- RAHMANN, J. *Theories of Ideology: Powers of Alienation and Subjection* London: Haymarket Books, 2014
- ROSSI, P. *Francis Bacon: da magia à ciência* Paraná: UFPR Editora, 2006
- TROTSKY, L. *Comunismo y Terrorismo* Madrid: Fundación Federico Engels, 2005
- VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da Práxis* São Paulo: Expressão Popular, 2007
- Žižek, S. *The Sublime Object of Ideology* Londres: Verso, 1989
- _____ *Primeiro como Tragédia, depois como Farsa* São Paulo: Boitempo, 2009